

INST. FED. DE EDU., CIEN.E TEC. SAO FRANCISCO

Estudo Técnico Preliminar 2/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 23476.001070/2025-51

2. Descrição da necessidade

Objeto: Contratação de empresa para execução de projetos PPCI do Campus São Francisco do Sul.

O Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndios (PPCI) serve para prevenir e combater incêndios, garantindo a segurança de pessoas e bens. A responsabilidade da sua implementação é do responsável de cada imóvel que se aplique o Plano. Nas Instituições Públicas, especialmente de ensino como é o caso do IFC Campus São Francisco do Sul, não é diferente, uma vez que há um considerável público que frequenta e utiliza o espaço diariamente.

Os principais objetivos do PPCI para com as edificações são:

- Identificar os riscos de incêndio;
- Definir as medidas de segurança;
- Estabelecer os procedimentos de emergência;
- Assegurar a conformidade legal;
- Definir o investimento e adequações necessárias;
- Verificar, definir e implementar rotas para a evacuação de pessoas em casos de emergência;
- Definir os envolvidos no projeto.

Em relação a questão legal, o Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (PPCI) é exigido pela Lei Complementar nº 14.376/2013. Já a Lei nº 13.425/2017 padroniza as medidas de prevenção contra incêndio e desastres em estabelecimentos no Brasil e a Norma Regulamentadora (NR) 23 estabelece medidas de prevenção contra incêndios nos ambientes de trabalho.

O IFC Campus São Francisco do Sul, vem trabalhando para regularizar de maneira integral a questão do PPCI para, inclusive, adequar as condições físicas conforme apontamento do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, no auto de infração nº AF8319000172A/23, órgão responsável por fiscalizar as edificações quanto a implementação das normas previstas. O Campus São Francisco do Sul, tem recebido notificações nos últimos anos para adequação das áreas físicas e tal questão influencia na obtenção de Alvará de Funcionamento do município de São Francisco do Sul e Alvará dos Bombeiros - SC.

Diante desse cenário, resta a realização da contratação de empresa especializada para execução das obras, intervenções, instalação de sinalização visual, materiais e demais itens presentes nos projetos e memoriais executivos, planilhas de formação de preços e anexos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Infraestrutura e Serviços	Diogo Leindecker Stumm
Direção de Administração e Planejamento	Mario Felipe Cipriano Borges Da Costa

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos técnicos estão especificados de maneira detalhada nos projetos, memoriais, planilhas de formação de preços e demais anexos dos projetos executivos.

A Contratada deverá comprovar, por meio de atestado(s) de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha executado contrato(s) de serviços continuados em quantidades compatíveis com o pleiteado neste certame. Será aceito o somatório de atestados, a fim de comprovar a quantidade mínima de postos exigida, desde que referentes a contratos executados concomitantemente:

Nos termos do Acórdão 1.214/2013, somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

A apresentação de atestado comprovando que a contratada tenha executado serviços de terceirização compatíveis em quantidade com o objeto licitado deve referir-se a período não inferior a 3 (três) anos.

O licitante deverá apresentar junto aos demais documentos de habilitação a declaração de visita técnica realizada ou declaração de renúncia.

A contratação do objeto deste estudo preliminar visa regularizar o Instituto Federal Catarinense - Campus São Francisco do Sul perante o CBMSC, com base nos autos infracionais lavrados no Auto de Infração nº **AF8319000172A/23 (Anexo II)** do CBMSC, e portanto:

A CONTRATADA deve executar os serviços na sede do Instituto Federal Catarinense - Campus São Francisco do Sul, localizado no endereço: Rodovia Duque de Caxias, 6628, bairro Iperoba, São Francisco do Sul/SC;

A CONTRATADA deve possuir qualificação jurídica, fiscal e técnica para prestação de serviço de manutenção dos sistemas preventivos de incêndio para as edificações do Campus São Francisco do Sul do IFC;

Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;

Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação:

Execução dos serviços de PPCI

Os atestados exigidos no subitem anterior, para serem aceitos, deverão possuir as seguintes características relativas à execução ou fiscalização dos serviços de PPCI (Plano de Prevenção e Combate à Incêndio), contendo:

1. Sistema de alarme de incêndio.
2. Sistema de hidrantes (incluindo bombas e reservatório).

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante;

Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução ou fiscalização dos serviços de PPCI (Plano de Prevenção e Combate à Incêndio) em que constem os serviços de alarme de incêndio e sistema de hidrantes (incluindo bombas e reservatório).

Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

A exigência de comprovação de experiência anterior dos profissionais do quadro permanente da licitante é necessária, para garantir que o corpo técnico da empresa que irá executar os serviços possua experiência compatível na condução dos serviços.

A exigência de comprovação de experiência anterior dos profissionais da empresa é imprescindível e pertinente para a segurança da contratação, em razão de que não é plausível e razoável a habilitação de empresas que não apresentem o mínimo de quadro profissional experiente na execução dos serviços objeto da licitação, ou seja, execução de PPCI.

A CONTRATADA deve adotar práticas de sustentabilidade ambiental aplicáveis à natureza do serviço, em cumprimento da legislação específica, inclusive IN 1/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

Para mensuração e elaboração de proposta de preços, a CONTRATADA poderá fazer um reconhecimento dos locais de execução dos serviços antes da apresentação das propostas, a fim de tomar conhecimento da situação técnica e física dos equipamentos existentes e da extensão dos serviços a serem executados, das dificuldades que poderão surgir no decorrer da prestação do serviço, a fim de certificar-se de todos os detalhes necessários a sua perfeita execução.

Caso opte por não realizar o reconhecimento, deve ter concordar com as circunstâncias especificadas no Contrato;

Os serviços deverão ser executados no local onde os equipamentos estiverem instalados, exceto nos casos em que em função da natureza do defeito apresentado, haja necessidade retirá-los do local para efetuar a manutenção, ou então de deslocá-los até a oficina da CONTRATADA. Para que seja realizado tal movimentação, é necessário autorização explícita do fiscal da CONTRATANTE;

A CONTRATADA deverá fornecer todas as peças, acessórios e componentes, originais ou congêneres, inclusive ferramentas e equipamentos necessários à manutenção preventiva, sem ônus para a CONTRATANTE;

As peças fornecidas pela contratada terão prazo de garantia igual ao oferecido pelo fabricante e o prazo de garantia dos serviços realizados deve ser de 90 (noventa) dias, a contar da sua aceitação;

A CONTRATADA deverá aplicar, quando da manutenção ou substituição de peças, as recomendações técnicas do(s) fabricante(s);

Os trabalhos a serem realizados em horário extraordinário, inclusive sábados, domingos e feriados, deverão ser notificados a fiscalização da CONTRATANTE, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas;

A CONTRATADA deverá apresentar à fiscalização, após cada manutenção preventiva/corretiva executada, relatório atestando a operacionalidade do equipamento, tipo de correções que foram efetuadas, peças substituídas, e outros correlatos com a manutenção;

A CONTRATADA deverá informar a administração sobre os equipamentos que se tornarem obsoletos ou de manutenção antieconômica, devendo formalizar estas informações mediante relatório fundamentado, de forma a subsidiar o CONTRATANTE com indicadores que permitam o acompanhamento da evolução da gestão em postos relevantes como custos, disponibilidade, tempo das resoluções dos problemas, entre outros; As peças defeituosas que forem substituídas deverão ser entregues pela CONTRATADA ao fiscal do contrato.

5. Levantamento de Mercado

Vislumbra-se algumas soluções possíveis para o atendimento da necessidade descrita no DFD:

- Contratação de empresa de engenharia para execução integral dos serviços conforme estabelecido em projeto e anexos;
- Aquisição dos materiais detalhados em planilha e execução com a mão de obra dos postos de oficiais de manutenção predial do Campus São Francisco do Sul.
- Em consultas a prestadores de serviços e editais de outras contratações para objetos similares na Administração Pública, verifica-se que a forma mais adequada de atender a essa necessidade é a contratação de uma empresa para execução do projeto básico já elaborado a partir de outra contratação. O levantamento das opções existentes no mercado para atender às necessidades deste estudo foi feito com base em outras contratações da Administração, orientações do setor de engenharia do Instituto Federal Catarinense e no conhecimento acumulado pela equipe de planejamento.
- Considerando a necessidade de cumprir os prazos estipulados pelo Corpo de Bombeiros, a manutenção dos sistemas preventivos é planejada para ser feita no modelo de contratação por empreitada global, através de Pregão Eletrônico SRP.

6. Descrição da solução como um todo

A solução envolve a contratação de uma empresa para readequação e execução do Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio - PPCI, seguindo estritamente o Projeto Básico de adequação oriundo do processo 23476.000708/2023-74, aprovado pelo Corpo de Bombeiros através do ATESTADO PARA CONSTRUÇÃO, REFORMA OU AMPLIAÇÃO do PPCI, protocolo nº A8319001226A.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

De forma, a resolver os apontamentos indicados pela fiscalização do CBMSC, sob número de protocolo AF8319000172A/23, bem como o deferimento de recurso referente ao protocolo de número A8319001226A, é necessário executar manutenção no sistema de detecção automática de incêndio, conforme projeto aprovado pelos oriundo do processo 23476.000708/2023-74, anexos a este ETP e disponível junto ao Termo de Referência.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 244.368,00

Os serviços a serem executados deverão estar de acordo com o Projeto Básico que foi elaborado pela empresa que obteve o Certificado de Aprovação – PPCI nº 2587/1 em 23/08/2023.

O preço global estimado para os serviços descritos neste Anexo é de R\$ 353.207,09 (trezentos e cinquenta e três mil duzentos e sete reais e nove centavos).

Na elaboração da planilha orçamentária foram adotados os preços do Sinapi, base janeiro/2025, para os serviços que havia preços nestes sistemas. Para os demais preços foi efetuada pesquisa de mercado e algumas composições dos custos unitários dos serviços.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não é viável nem conveniente o parcelamento do objeto da presente contratação, tendo em vista tratar-se da execução de um único projeto, dividido em itens dentro de um mesmo grupo. Estando diversas intervenções interligadas umas com as outras, o parcelamento do objeto demandaria muito recurso humano da administração para gerenciar o cronograma e intermediar as diversas empresas.

Além disso, o volume de serviço é possível de ser atendido pela maioria das empresas que atuam nesse ramo, de forma que o não parcelamento da solução não inibe a ampla concorrência.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A presente contratação guarda estrita relação com o Projeto Básico contratado pela dispensa de licitação no processo 23476.000708/2023-74, já encerrado, de forma que a empresa contratada deve executar o serviço conforme disposto no plano de adequação já aprovado pelos Bombeiros e nas adequação apresentado na anexo???

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está totalmente alinhada e prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal Catarinense - PDI - 2024 - 2028, especificamente nos itens:

- Capítulo 11 - Infraestrutura e Instalações Acadêmicas (Físicas e Tecnológicas);
- Apêndice C - Planilhas da Estrutura atual e Novas estruturas das unidades do IFC.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os principais benefícios a serem alcançados por meio da presente contratação é a adequação de todos os espaços e edificações de acordo com as normas de Prevenção e Combate a Incêndios, garantindo a regularização completa do imóvel perante os órgãos responsáveis pela fiscalização e, principalmente, a segurança de todos os usuários que frequentam e utilizam os espaços para suas práticas.

O resultado a ser alcançado com a contratação pretendida é a adequação à legislação vigente no que diz respeito ao Plano de Prevenção contra incêndios (PPCI). Espera-se com esta nova contratação no mínimo os seguintes efeitos:

Adequação de todas as irregularidades apontadas pelo CBMSC relacionadas a instalação e manutenção dos sistemas preventivos de incêndio do Campus;

Disponibilizar maior segurança para toda comunidade acadêmica, usuária das edificações, preservando a vida e o patrimônio através das medidas de prevenção contra incêndio.

13. Providências a serem Adotadas

Não há nenhuma necessidade de adaptação direta ao ambiente físico para início das atividades. Contudo, faz-se necessária a escolha de servidores capacitados para a fiscalização da execução do contrato.

Caso o Corpo de Bombeiros registre alguma divergência no plano apresentado e executado, caberá à Contratada efetuar as correções necessárias, até a obtenção do Alvará.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Os possíveis impactos ambientais do serviço a ser contratado diz respeito aos materiais que serão utilizados em sua execução, bem como o descarte de eventuais resíduos.

Assim, conforme o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, devem ser utilizados, sempre que possível, materiais que sejam reciclados, reutilizados ou biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção.

Além disso, devem ser observadas as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO e as normas ISO nº 14.000 relativas a sistemas de gestão ambiental.

Com relação à gestão de resíduos, a Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a

gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002,

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Declara-se a contratação viável, tendo em vista os valores tem como base a tabela SINAPI que demonstra os valor praticado no mercado. Além disso, verifica-se que a solução é possível de ser atendida pelas empresas e práticas usuais do mercado, além de ser essencial e atender o interesse público, já que representa exigência para proteção e prevenção contra incêndio.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EVERTON ALCEU DE OLIVEIRA BREGINSKI

Técnico de Segurança

MARIO FELIPE CIPRIANO BORGES DA COSTA

Membro da comissão de contratação

ANTONIO FERREIRA COELHO FILHO

Equipe de apoio

ADALTO AIRES PARADA

Autoridade competente

LUIS ANTONIO NAIBO

Pregoeiro

VALDINEI CECILIO

Membro da comissão de contratação

DIOGO LEINDECKER STUMM

Membro da comissão de contratação

PIERRI EDUARDO BATISTA RODRIGUES

Engenheiro

